

# TEMPO E NARRATIVA NA OBRA DE ERIC HOBSBAWM<sup>1</sup>

Isamarç Gonçalves Lôbo<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca apresentar algumas das reflexões pontuadas no trabalho “O Tempo Presente na Obra de Eric Hobsbawm”, dissertação de mestrado defendida em 2003 no Programa de Pós-Graduação, da Universidade Federal de Pernambuco conveniada com a Universidade Federal da Paraíba.

Nascido no Egito em 1917, na cidade de Alexandria, Egito, Hobsbawm mostrou-se um dos grandes historiadores do século XX, primordialmente por analisar esta época. Criado num contexto histórico perturbado da Europa pós-primeira guerra, receberá uma educação eclética até adentrar no King's College, em Cambridge, na segunda metade da década de 1930. É aí que concluirá o curso de História.

Após a Segunda Guerra, em 1946, Hobsbawm e seus colegas do Partido Comunista Inglês, como Christopher Hill, Maurice Dobb, Edward P. Thompson, Rodney Hilton, entre outros, criaram um grupo de debate dentro do Partido Comunista Inglês, que acabará gerando uma nova perspectiva historiográfica, que passou a ser conhecida no meio acadêmico como **História Social Inglesa**.

Além da nacionalidade, do (des)interesse pelo econômico – suas obras não se pautam por um economicismo exacerbado – e pelo rigor científico, esse grupo vai se caracterizar por serem todos os seus membros marxistas (ou marxianos) ou membros do Partido Comunista Inglês. Preocuparam-se com a história social ou **história vista de baixo**, produzindo uma história que não exclui o operário de fábrica, a lavadeira de roupa, o servo feudal. Preocupam-se em desenvolver o marxismo como teoria para a determinação de classe, recolocando a luta de classe como importante para o processo histórico.

Este grupo acaba fundando a revista **Past and Present**, um dos mais importantes periódicos de História na Europa. Segundo Dea Ribeiro Fenelon, as grandes questões discutidas pelo grupo giravam em torno de seu comprometimento com as definições e teorizações de uma política cultural nacional-popular, valorizando o povo, a nação e sua luta histórica pela democracia<sup>3</sup>. Em seus escritos, busca romper com o reducionismo economicista, considerando-o uma vulgarização do marxismo.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Simpósio Temático “Cultura Histórica e Linguagens Historiográficas”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

<sup>2</sup> Professor de História Geral da Universidade Federal de Campina Grande, do Centro de Formação de Professores. Mestre em Teoria e Metodologia da História pela Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>3</sup> FENELON, Dea Ribeiro. E.P. Thompson – História e Política. *Projeto História*, São Paulo, n. 12, 1981.

Ao contrário de seus colegas, que abandonaram o Partido Comunista em 1956, graças aos escândalos da era Stalin, divulgados na União Soviética, Hobsbawm e Dobb permaneceram filiados ao partido até a sua extinção, na década de 1980. Segundo Harve Kaye, esta permanência no PCI vai influenciar a obra de Hobsbawm de várias maneiras. Em primeiro lugar, pelo fato de boa parte de sua obra e da de seus colegas acabarem apresentando reservas quanto à história inicial do século XX por ser confusa e complicada, uma das orientações do partido. Em segundo lugar, como membro do PCI, suas análises de história do trabalho acabaram se tornando análises pessimistas do movimento como um todo. Em terceiro lugar, foi graças ao partido que suas análises continuaram tomando o modelo da base e da superestrutura, o único autor do grupo a mantê-lo; e, por fim, o PC lhe possibilitou uma gama de contatos internacionais, experiências e oportunidades de pesquisa, que ampliaram ou consolidaram a sua erudição<sup>4</sup>.

Segundo Kaye, podemos dividir a produção de Hobsbawm em três campos de estudo. Um campo que se dedica aos problemas da história do trabalho, outro que busca analisar a história dos movimentos camponeses – e neste se incluem os movimentos ditos primitivos; e um terceiro campo, que se preocupa com uma historiografia mais globalizada. Das mais de vinte e três obras publicadas por Hobsbawm, foram traduzidas, para a língua portuguesa, vinte e duas. Algumas delas demoraram poucos meses após o lançamento para chegar às prateleiras das livrarias nacionais, o que demonstra, num certo sentido, o interesse do público por tais obras.

Uma parte de suas obras analisa os fenômenos da contemporaneidade, discorrendo sobre eventos que foram presenciados e vivenciados pelo autor. A questão fundamental neste trabalho é como um “profissional do tempo passado” pode se dedicar ao “tempo presente”? O que Hobsbawm entende por tempo presente? Como esta concepção aparece em suas obras?

Antes de respondermos a estas questões, se faz necessário discutir as várias concepções de tempo apresentadas ou pela filosofia, ou pela física ou pela história.

## CONCEPÇÕES DE TEMPO

Foi graças ao hábito de contar às coisas que as sociedades humanas acabaram criando a noção de tempo, como mecanismo de registro, primordialmente, a partir de observações das mudanças climáticas, fenômenos celestes, entre outros. O que vai distinguir o homem da sociedade contemporânea de seus antepassados, é que nós adquirimos uma crescente consciência do tempo. Este tempo controla o nosso fazer diário pela imposição dos

---

<sup>4</sup> KAYE, Harvey. **The British Marxist Historians**: an introductory analysis. New York: Polity Press, 1984

ponteiros do relógio, assim como nossas agendas não são mais utilizadas para registrar idéias, pensamentos, mas para controlar nossos horários.

Nada nos é mais familiar que o tempo que passa, que nos consome e acaba nos levando para sempre, “o tempo devora seus filhos como o monstro Cronos (em grego, tempo se diz Cronos) devorava seus filhos na medida em que sua esposa Rhéa os colocava no mundo. Nada nos parece mais natural que a personificação do tempo”<sup>5</sup>.

Nesse sentido a velha questão agostiniana permanece atual:

Que é, pois, o tempo? Quem poderá explicá-lo clara e brevemente? Quem o poderá apreender mesmo só com o pensamento, para depois nos traduzir por palavras o seu conceito? E que assunto mais familiar e mais batido nas nossas conversas do que o tempo? Quando dele falamos, compreendemos o que dizemos. Compreendemos também o que nos dizem quando dele nos falam (...) se ninguém me pergunta, eu sei; se o quiser explicar a quem mo fizer a pergunta, já não sei. Porém, atrevo-me a declarar, sem receio de contestação, que, se nada sobreviesse, não haveria tempo futuro, e se agora nada houvesse, não existiria o tempo presente<sup>6</sup>.

Antes de tudo, vale lembrar que os discursos sobre o tempo são tão diversos que não se tem uma idéia geral desse “ser”. A multiplicidade de discurso sobre o tempo, se deve ao fato de que a experiência da temporalidade não se dá de forma direta, mas sempre articulada por sistemas simbólicos variados de uma determinada cultura.

Não é à toa que Norbert Elias afirma que “o tempo é algo que se desenvolveu em relação a determinadas intenções e a tarefas específicas dos homens”<sup>7</sup>. Ou seja, para ele cada sociedade cria a sua própria noção de tempo, afinal de contas, o tempo é uma construção do e para o homem.

Os discursos sobre o tempo, mesmo construídos em épocas distintas, com objetivos diferenciados podem ser enquadrados em duas direções distintas: uma tendência que pode ser intitulada **objetivista naturalista** do tempo cosmológico e físico que sustenta, em linhas gerais, a idéia de que

o tempo constitui um dado objetivo do mundo criado, e que não se distingue, por seu modo de ser, dos demais objetos da natureza, exceto justamente, por não ser perceptível; [e a outra que pode ser denominada **subjetivista espiritual** do tempo da consciência que afirma], que o tempo é uma maneira de captar em conjunto os acontecimentos que se assentam numa particularidade da consciência humana, ou, conforme o caso, da razão ou do espírito humanos, e que, como tal, precede qualquer experiência humana<sup>8</sup>.

Foi Aristóteles que criou esta dupla orientação quando afirmou: “quando a alma declara que há dois instantes, o anterior e o posterior, então dizemos que há lá o tempo, pois o que

<sup>5</sup> PIETTRE, Bernad. **Filosofia e Ciência do Tempo**. Trad. Maria Anônia Pires e C. Figueiredo Bauru, SP: Edusc, 1997. p. 15.

<sup>6</sup> AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrosio de Pina. São Paulo: Nova Cultura, 2000. Os Pensadores. p. 322)

<sup>7</sup> ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. (1998, p. 15).

<sup>8</sup> ELIAS, 1998: p. 09.

parece ser determinado pelo instante parece ser o tempo”<sup>9</sup>. Dependendo do destaque que se faça na formulação original aristotélica, ou se destaca a alma ou o que está fora dela, se obtém os questionamentos da direção subjetivista ou objetivista.

Platão seria um dos representantes da tendência objetivista naturalista da concepção de tempo. Para ele, o tempo se confundiria com os movimentos regulares da esfera celeste, sendo a articulação desses movimentos. O tempo imitaria a eternidade, descrevendo ciclos no ritmo do número, assim ele seria objetivo, único e finito.

Mesmo gerando a via dupla da percepção do tempo, Aristóteles irá completar o pensamento de Platão ao afirmar que o tempo se dá por todo movimento, não só pelo movimento circular dos astros. O tempo na concepção aristotélica não é o movimento puro e simples, mas é uma medida de movimento fixado pelo espírito humano. Assim, o tempo platônico e aristotélico seria exterior à alma no primeiro, mas dependente dela no segundo. O tempo pertenceria ao universo físico, ao movimento, ao número do movimento, não sendo um ser, mas um número, uma relação, uma articulação de movimentos.

Perpetuando o caráter exterior do tempo em relação à alma, considerando-o como medida do movimento, Newton apresentará uma formulação metafísica do tempo, não só física, como fez Aristóteles. Newton considera o tempo um ser, uma substância, como se ele fosse uma intuição divina uniforme que ele denomina duração. Esse tempo absoluto transcorre uniforme e continuamente, envolvendo todos os seres, como se emanado diretamente do Criador.

Esta posição newtoniana sobre o ser do tempo, diferencia-se da de Aristóteles, pois o movimento, para Newton, é metafísico, não exclusivamente natural como em Aristóteles. Porém os dois concordam com a possibilidade de medição dos movimentos naturais.

Kant sintetizou o discurso aristotélico e newtoniano, enquadrando-se assim, no discurso objetivista sobre o tempo.

Se em Aristóteles, o tempo é só medida do movimento e em Newton ele é uma 'substância', um ser emanado diretamente de Deus, em Kant, o tempo será também 'objetivo', isto é, dado, embora não seja exterior ao sujeito, e será uma 'intuição a priori' do sujeito. Síntese de Aristóteles e Newton para Kant: o tempo é objetivo, dado, e intuitivo. E, como em toda síntese, Kant faz uma construção original: o objetivo é interior ao sujeito, a intuição é uma faculdade posta no interior do sujeito. A objetividade torna-se interior à alma. Sem deixar de ser dado, a intuição torna-se interior ao sujeito, sem deixar de ser absoluta. O tempo assim interiorizado, mas sem o controle do sujeito que se vê possuído por essa intuição, mantém sempre o caráter de objetividade e de capacidade de medida, de numeração dos movimentos do universo<sup>10</sup>.

O próprio Kant admite, na *Crítica da Razão Pura*, que “o tempo é, então, simplesmente uma condição subjetiva da nossa (humana) intuição – porque é sempre sensível, isto é, na

<sup>9</sup> REIS, JC. *Tempo, História e Evasão*. Campinas, SP: Papyrus, 1994, p. 15

<sup>10</sup> REIS, JC. *Tempo, História e Evasão*. Campinas, SP: Papyrus, 1994, pp. 22-23.

medida em que somos afetados pelos objetos – e não é nada em si, fora do sujeito”<sup>11</sup>. Para Kant, não é a percepção da mudança que representa o tempo, mas o contrário é a percepção desta que possibilita definir o caráter intuitivo e *a priori* do tempo. Mesmo sintetizando a posição newtoniana e a aristotélica, Kant opõe-se à idéia de Newton de que o tempo é um dado pronto e acabado, como se opõe à idéia de Aristóteles de que o tempo é movimento.

O último representante da concepção de tempo objetivista naturalista seria Einstein. Para ele, o tempo não é absoluto, metafísico, intuitivo ou evolutivo, mas medida relativa de movimento no espaço. O tempo é a posição dos fenômenos em movimento no espaço, tendo como referencial a velocidade da luz (300.000 km/s). O tempo é determinado pelo lugar do observador, por isso ele é relativo. Segundo Paul Davies, Einstein “libertou o tempo, bem como o espaço, das limitações desnecessariamente rígidas do pensamento newtoniano, mas foi incapaz de integrar os conceitos recém-libertados de um espaço e tempo flexíveis em uma teoria apropriadamente unificada”<sup>12</sup>.

A concepção de tempo subjetivista foi inaugurada na cena original montada por Aristóteles, citada acima, em que só a alma possui ser, ela é o centro, não mais como numeradora, mediadora, mas como relação em si mesma. Esta reflexão sobre o tempo da consciência será desenvolvida inicialmente por Plotino e Santo Agostinho. Segundo José Carlos Reis<sup>13</sup>, eles revelaram uma dimensão interior do tempo. Este seria mudança vivida pela consciência numa relação em si e com o mundo. O tempo não seria eterno; o tempo e a eternidade se opõem e se imbricam.

Para Plotino o tempo não seria nem movimento, nem alguma coisa do movimento, ele é o desejo de ser da alma universal. O tempo está na alma e fora dela. Seguindo as idéias de Plotino, Santo Agostinho defendeu a concepção de que o tempo não tem existência fora do espírito, sendo uma criação de Deus. Antes da criação, que se deu na palavra, não havia o tempo. Para Santo Agostinho, o passado só existe na medida em que é lembrado, o futuro na medida em que é esperado, e o presente, quando se pensa nele. Santo Agostinho, a partir dessa idéia, cria uma divisão temporal baseada apenas no presente. Para ele, existe apenas o “presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras”. Em outras palavras, a divisão temporal ocorre quando o indivíduo lembra no presente das coisas passadas; quando olha o presente das coisas presentes e quando tem esperança no presente de coisas futuras.

---

<sup>11</sup> KANT, Emmanuel. *Critica da Razão Pura*. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martins Claret, 2001.

<sup>12</sup> DAVES, Paul. **O Enigma do Tempo**: A revolução iniciada por Einstein. 2 ed. Trad. Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000, p 17.

<sup>13</sup> REIS, JC. op. Cit. 1994.

Bérgson, por sua vez, afirma que o tempo se confunde com a continuidade de nossa vida interior. Para Bachelard<sup>14</sup>, foi Bergson que racionalizou o ser e o devir. Gaston Bachelard, dando continuidade ao trabalho de Bergson, enfatiza o caráter da descontinuidade do tempo da consciência. O tempo bergsoniano contínuo não existe para Bachelard, pois para ele “o tempo tem várias dimensões; o tempo tem uma espessura. Só aparece como contínuo graças à superposição de muitos tempos independentes”<sup>15</sup>. Nesse sentido, o autor propõe que o tempo idealizado tem constância sem ter continuidade. Bachelard não acredita em um tempo único, mas num tempo multifacetado; acredita ainda numa dialética da duração de tempos diversos e descontínuos.

Seja na perspectiva objetivista, seja na subjetivista, o tempo é pensado como um dado natural. Num dos casos, tratando-se de um dado objetivo, no outro, uma simples representação subjetivista enraizada na natureza humana. O fato é que o ser do tempo apresenta várias formas. Ele é um fato construído numa sociedade, num tempo e num espaço. Prova disso é a multiplicidade de formas de vê-lo. Nas sociedades camponesas mais afastadas do mundo moderno, o tempo ainda é o da natureza, cíclico. Já para nós, seres citadinos, o tempo é determinado pelo relógio, em que cada segundo é observado com certo interesse.

Se a filosofia discute o conceito de tempo como elemento pertencente exclusivamente à dicotomia objetividade-subjetividade, a física apresenta o problema através do binômio espaço-tempo. Ou seja, os físicos não separam o tempo do espaço cósmico/terreno<sup>16</sup>.

O ano chave para a física montar a sua percepção de tempo foi 1929, quando Edwin Hubble observou que as galáxias estavam se afastando umas das outras, o que significava que o universo estava se expandindo. As observações de Hubble sugeriam que teria havido um tempo, chamado instante do Big Bang, em que o universo fora infinitesimalmente pequeno e infinitamente denso.

Se o universo teve início há mais ou menos 10 a 15 bilhões de anos atrás (alguns especulam 20 bilhões), o tempo também teria um princípio? Baseado na teoria da relatividade, os físicos passaram a afirmar que o tempo não é um fenômeno completamente isolado e independente do espaço, mas que eles se combinam para formar um elemento chamado espaço-tempo. Nesse sentido, o tempo surge com o Big-Bang ou no mínimo se refez já que o próprio espaço sofreu uma drástica revolução, modificando o que existia outrora. Para Paul Davies, a “novidade do tempo de Einstein foi o fato de conectar o tempo ao espaço fisicamente, e não apenas metaforicamente. A teoria da relatividade entrelaça espaço e tempo de um modo bastante preciso e íntimo” (2000, p. 94).

---

<sup>14</sup> BACHELARD, Gaston. *A Dialética da Duração*. 2 ed. Trad. Marcelo Coelho. São Paulo: Ática, 1994.

<sup>15</sup> BACHELARD, op. cit. p. 87.

<sup>16</sup> HAWKING, S. W. **Uma Breve História do Tempo**: do Big Bang aos Buracos Negros. 29 ed. Trad. Maria Helena Torres. Rio de Janeiro: Rocco 1999.

Se o tempo teve um início, ele terá um fim? Ou melhor, qual o sentido do tempo? Existe uma seta do tempo, implacável, que atravessa o coração do espaço? Questionam-se os físicos. Para Hawking, as leis

científicas não distinguem entre as direções para frente e para trás do tempo. Entretanto, há pelo menos três setas do tempo que distinguem o passado do futuro, que são a seta termodinâmica, direção do tempo em que a desordem aumenta; a seta psicológica, direção do tempo na qual se recorda o passado e não o futuro; e a seta cosmológica, direção do tempo em que o universo se expande mais do que se contrai<sup>17</sup>.

Para a física, esta seta levará o universo a um colapso chamado Big Crunch, ou seja, o recomeço e isto aconteceria infinitamente, num eterno retorno.

Assim, a velha idéia de um universo imutável, que tenha sempre existido e continue indefinidamente, é substituída pela noção de um universo dinâmico, que parece ter começado num tempo finito passado e que deve terminar num tempo finito futuro, e ressurgir num tempo presente pretérito.

Estas duas formas de ver o tempo, uma física e a outra filosófica, pensam modelos puros, excludentes mutuamente. Tanto uma quanto a outra especializaram-se numa forma de vislumbre do tempo distinto: ou ele é numerável, objetivo ou ele é psicológico, individual. Esta inflexibilidade dual não foi esclarecida nem com as afirmativas mais veementes feitas por Einstein, de que o tempo depende do observador, sendo, portanto, relativo. Einstein não relativizou apenas o tempo, mas o próprio conceito de ciência pura: a verdade esta lá fora, e ela não é totalmente absoluta.

A grande questão, entretanto, é saber se realmente é possível separar a consciência e a natureza no estudo do tempo.

Segundo Reis<sup>18</sup>, o tempo, como compreensão coletiva, é impensável sem o tempo psicológico individual, que depende do tempo biológico, que é impensável sem as condições cosmológicas.

Paul Ricoeur, no seu já clássico **Tempo e Narrativa**, situa o tempo contado pelo historiador entre o tempo cósmico e o tempo íntimo. Ele vê, nas intrigas inventadas primordialmente por historiadores, o meio privilegiado pelo qual reconfiguramos nossa experiência temporal confusa, informe e, no limite, muda. Assim, Ricoeur defende a tese de “que o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal”<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> HAWKING, op. cit, pp. 210-211.

<sup>18</sup> REIS, op. cit.

<sup>19</sup> RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Trad. César C. Marcondes. Campinas, SP: Papirus, 1994, p. 85, v. 1.

Para ele, a História elaborou um terceiro tempo, “que faz a mediação entre o tempo vivido e o tempo cósmico”<sup>20</sup>. Nesse sentido, ele vê a prática histórica reinscrever o tempo vivido sobre o tempo cósmico utilizando “instrumentos de pensamento tais como o calendário, a idéia de seqüência das gerações e a idéia, conexa, do triplo reino dos contemporâneos, dos predecessores e dos sucessores, enfim e sobretudo, pelo recurso a arquivos, documentos e rastros”<sup>21</sup>.

O tempo-calendário mantém, do tempo físico, as características de continuidade, uniformidade, infinitude, linearidade, não tendo um presente fixo. Este tempo-calendário acaba cosmologizando o tempo vivido e humanizando o tempo cósmico graças à originalidade do momento axial, que exterioriza tanto o tempo físico quanto o tempo vivido. É neste contexto de discussão sobre a natureza do tempo, sobretudo do tempo histórico, e sob a influência da segunda geração dos Annales<sup>22</sup>, contemporânea da História Social Inglesa, que Hobsbawm elaborará a sua própria concepção de tempo.

## O TEMPO PARA HOBSBAWM

O movimento dos Annales, na sua primeira geração, rompe com a concepção “puramente passadista do discurso histórico, a correlação passado e presente na construção de uma história que tenha por campo de estudo não somente o passado mas também a sociedade contemporânea”<sup>23</sup>. Lucien Febvre convidava seus pares a inspirar-se nos problemas colocados pelo tempo presente.

Foi a partir das considerações de que as estruturas duráveis são mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura, e que os fenômenos de longa duração são mais decisivos do que os de curto alcance, que a segunda geração dos Annales ignorou o contemporâneo, *a fortiori*, o presente e o imediato.<sup>24</sup>

Entretanto é preciso frisar que Fernand Braudel “reverte a concepção linear do tempo que avança na direção de um aperfeiçoamento contínuo, ele a substitui por um tempo estacionário em que passado, presente e futuro não se diferenciam mais e se reproduzem sem descontinuidade”<sup>25</sup>.

Mesmo compreendendo o tempo como um *cotinuum*, uma interligação do passado, presente e futuro Hobsbawm pontua a existência de uma zona neutra em que os ventos do tempo se convulsionam: **a zona nebulosa do indivíduo (ou zona de penumbra)**. Para ele, todos nós

<sup>20</sup> RICOEUR, op.cit. p. 174, v. 3.

<sup>21</sup> RICOEUR, op.cit. p. 179, v. 3.

<sup>22</sup> Para esta geração, o tempo possui múltiplas faces. Ele pode ser de longa, média ou curta duração. No tempo longo as coisas mudam de forma lenta, como as formas de pensar; no médio, as mudanças acontecem mais rapidamente como o passar dos governos; e na curta as coisas se modificam num piscar de olhos, como os fatos do cotidiano.

<sup>23</sup> DOSSE, 1992, p. 67.

<sup>24</sup> Ver CHAUVEAU e TÉTARD, 1999, pp. 07-38.

<sup>25</sup> DOSSE, 1992, p. 120

possuímos esta **zona de penumbra** entre “a história e a memória; entre o passado como um registro geral aberto a um exame mais ou menos isento e o passado como parte lembrada ou experiência de nossas vidas”<sup>26</sup>. Essa terra-de-ninguém no tempo, para os indivíduos

se estende do ponto onde as tradições ou memórias familiares começam – digamos da foto de família mais antiga que o familiar vivo mais velho pode identificar ou explicar – ao fim da infância, quando se reconhece que os destinos públicos e privados são inseparáveis e se determinam mutuamente (...) A extensão dessa zona pode variar, bem como a obscuridade e a imprecisão que a caracterizam<sup>27</sup>.

A **zona de penumbra** destaca ainda o autor, também faz parte da cadeia de DNA das sociedades. Um bom exemplo é a **Era dos Impérios** formada e consolidada no século XIX, que teria influenciado o século XX até quase o seu fim. Para Hobsbawm, o século XX tem como **zona de penumbra**, todo o longo século XIX.

Esta concepção do tempo presente ou da **zona de penumbra** não descarta a influência do passado mais longínquo. Os historiadores, ao lidarem com períodos remotos, sabem que eles são essencialmente estranhos e distantes. No geral, eles sobrevivem através das “reliquias inanimadas dos mortos: palavras e símbolos, escritos, impressos ou gravados, objetos materiais, imagens”<sup>28</sup>.

A grande crítica à história do tempo presente é justamente por ela se dedicar a questões tão próximas, ao ponto do historiador sentir os odores pútridos exalados pelos mortos, o que torna sua obra perigosamente engajada. Para Lacouture, os críticos acabam esquecendo que o imediatista (historiador do presente) se neutraliza quando se manifesta.<sup>29</sup> Além do mais, não podemos esquecer que a imparcialidade no campo da história é uma falácia por que nós sempre partimos dos pressupostos de nossa própria época, lugar e situação.<sup>30</sup>

Não podemos esquecer que a história do tempo presente possui seus problemas, a saber: o imediatista ignora o epílogo, o que torna sua análise frágil; a experiência pessoal modela a maneira de se ver o que se deve analisar (os historiadores do presente que o vivenciaram, tem algumas vantagens sobre os que não experimentaram a época que estudam; sabem, sem muito esforço, o que se modificou ou não); o terceiro problema diz respeito às mudanças de prazo curto, que influenciam a visão do historiador, ou seja, o imediatista pode mudar de idéia no calor das mudanças acontecimentais; e em quarto lugar, existe o problema da generalização, das suposições que podem influenciar as análises.<sup>31</sup>

<sup>26</sup> HOBBSAWM, 1998a, p. 15.

<sup>27</sup> HOBBSAWM, 1998a, p. 17.

<sup>28</sup> (HOBBSAWM, 1998a, p. 17)

<sup>29</sup> Ver LACOUTURE, 1998, pp 215-240.

<sup>30</sup> Sobre a importância do engajamento na ciência Ver HOBBSAWM, 1998c, pp. 138-154. Neste texto o autor defende a idéia de que o engajamento foi o motor das ciências que estimulou o seu avanço.

<sup>31</sup> Ver CHAUVEAU, e TÉTARD, 1999; e HOBBSAWM, 1998c.

Independente dos problemas do tempo presente enquanto história, ele se insere na idéia de *continuum*, ou seja, faz parte do trio: presente, passado e futuro. A questão que se coloca é saber se é possível uma história do presente, ou melhor, como o presente aparece na e para a história.

Assim, **A Era das Revoluções**, **A Era do Capital**, **A Era dos Impérios** e **A Era dos Extremos** formam um todo articulado e, por isso, um *continuum* temporal. As três primeiras obras, compondo um quadro coerente sobre o Longo Século XIX que vai de 1789 à 1914 e, a última, retratando o Breve Século XX, de 1914 à 1991.

Para entender como o presente aparece na obra de Hobsbawm, devemos recorrer a algumas citações que aparecem no corpo dos livros.

N'**A Era das Revoluções** o tempo presente aparece quando Hobsbawm convoca o seu leitor a rememorar aspectos do presente para entender fatos do passado. Nesse sentido, ele afirma que o seu leitor ideal “seria aquele construtor teórico, aquele cidadão culto e inteligente, que não tem uma simples curiosidade sobre o passado, mas que deseja compreender como e porque o mundo veio a ser o que é hoje, e para onde se dirige”<sup>32</sup> (Grifo meu). Assim, Hobsbawm busca estabelecer uma relação entre o passado, o presente e o futuro. A relação do *continuum* temporal ocorre graças à curiosidade do leitor que vê na história a possibilidade de entender um momento temporal diferente do seu, e que é, ao mesmo tempo, a base deste.

Ou quando generalizar sobre a importância da Era das Revoluções, ao afirmar que a dupla revolução (a Revolução Francesa e a Industrial) “transformou e continua a transformar, o mundo inteiro”<sup>33</sup> (Grifo meu). O passado longínquo é cosido com o presente.

Ainda quando desafia o leitor a dar

uma olhada no mundo na década de 1970 [para não sermos tentados a] subestimar a força histórica do socialismo revolucionário e da ideologia comunista nascidos de uma reação contra a dupla revolução e que por volta de 1848 tinham encontrado sua primeira formulação clássica<sup>34</sup>. (Grifo meu)

Apesar do passado ser o modelador do presente, é este que torna o passado inteligível. Nesse sentido, o autor leva o leitor regressivamente – como Marc Bloch desejava em 1929 – , do conhecido para o desconhecido.<sup>35</sup>

O *continuum* temporal ocorre entre a pessoa que conhece o passado, por ser um artífice dele, e o presente, por viver nele, com o sujeito que vive o presente e quer conhecer o passado que agora está relacionado a este presente.

<sup>32</sup> HOBBSAWM, 1996b, p. 15.

<sup>33</sup> HOBBSAWM, 1996b, p. 17.

<sup>34</sup> HOBBSAWM, 1996b, p. 20.

<sup>35</sup> Sobre a história regressiva ver: BURKE, 1997; e DOSSE, 1992.

Ainda nesta relação do sujeito que conhece o passado, o historiador, e o sujeito que conhece o presente, o leitor, Hobsbawm destaca que o mundo de 1780 era não só menor espacialmente, como demograficamente, “para fins práticos não se dispõe de recenseamento, todas as estimativas demográficas são pura especulação, mas é evidente que a terra abrigava somente uma fração da população de hoje, provavelmente não muito mais que um terço”<sup>36</sup> (Grifo meu). Hobsbawm complementa afirmando que “os europeus [em 1780], no geral, eram nitidamente mais baixos e mais leves do que hoje”<sup>37</sup> (Grifo meu). O passado flui em direção ao presente e este legitima aquele, pois as estimativas demográficas passadas são especulações, enquanto que as estimativas demográficas de 1960 e 1970 são reais. O leitor através de seus conhecimentos e de sua memória aproxima e separa, ao mesmo tempo, o passado e o presente.

Entretanto, é preciso destacar que nesta visão regressiva, o historiador se coloca na sua narrativa, no passado, mas conhece o futuro, e quer entender o presente. Nesse sentido, o autor, enquanto ferreiro da história, se coloca entre a bigorna do passado e a espada do futuro, ou melhor, do presente. É por isso que 1780 faz parte da **zona de penumbra** das pessoas no século XX e, por tanto, do presente.

Ao tratar das relações de produção no mundo da década de 1780, Hobsbawm afirma que “o observador contemporâneo seria mais diretamente surpreendido pelo amplo desdobramento do comércio, que estava intimamente ligado à exploração colonial”<sup>38</sup> (Grifo meu). O leitor contemporâneo é induzido a se surpreender com o poder de troca desenvolvido graças ao amplo comércio estabelecido naquele passado.

Assim, podemos afirmar, e reafirmar, que o tempo em Hobsbawm é construído, n’**A Era das Revoluções** através de um canal de intrigas narrativas, que buscam explicitar um passado longínquo através de um presente vivido ou rememorado. Nesse sentido, o autor acaba transformando o passado, nesse caso, os anos entre 1780 e 1848, em parte do presente. A sua narrativa não só cria um mundo temporal, como afirma Paul Ricoeur, ela objetiva criar uma interação entre passado como registro aberto a exame e, portanto, como parte lembrada e experiência vivida ou relembada. O tempo presente, nesse sentido, não se resume ao instante, muito pelo contrário, ele congrega a própria noção daquilo que foi vivido e que não existe mais, ou seja, o passado.

N’**A Era do Capital**, Hobsbawm continua sua análise da sociedade do século XIX, pontuando o novo mundo criado pela dupla revolução. Ele lembra que a temática tratada na obra não se encontra isolada das questões postas n’**A Era das Revoluções**, nem tampouco das propostas n’**A Era dos Impérios**:

---

<sup>36</sup> HOBSBAWM, 1996b, p. 24.

<sup>37</sup> HOBSBAWM, 1996b, p. 24.

<sup>38</sup> HOBSBAWM, 1996b, p. 35.

ele é o segundo volume de uma série de três que buscam analisar a história do mundo moderno da Revolução Francesa até a Primeira Guerra Mundial, dos quais A Era das Revoluções 1789-1848 já está disponível e o último ainda será escrito (...) De maneira similar, procurei brevemente, sobretudo na Conclusão, fornecer alguns indicadores para o próximo livro. Mesmo assim, o livro pode ser lido independentemente, desde que os leitores se lembrem de que ele não trata de um período fechado que pode ser separado do que vem antes ou depois. História não funciona assim<sup>39</sup>. (Grifo do autor)

O autor já inicia suas reflexões, evocando o leitor que já leu a primeira obra (**A Era das Revoluções**) e que poderá vir a ler o texto que ainda não foi escrito (nesse caso, a **A Era dos Impérios**). O *continuum* é construído a partir da memória do leitor.

E ele continua afirmando que seu objetivo:

não foi tanto resumir fatos conhecidos, ou mesmo mostrar o que aconteceu e quando, mas unir fatos numa síntese histórica geral, para 'dar sentido' ao período estudado e traçar as raízes do mundo atual ligando-as àquele período. Mas meu objetivo é também trazer o caráter extraordinário de um período que realmente não tem paralelo na história e cuja excepcionalidade o faz estranho e remoto<sup>40</sup>. (Grifo meu)

Assim, fica claro que o autor pensa a relação temporal através do método regressivo, ou seja, ele busca explicar o passado com exemplos do presente. O leitor é levado do conhecido – mundo atual – ao desconhecido através de uma rede de intriga em que o autor inicia suas reflexões do passado, conhecido por ele, até chegar ao presente, vivido por ele e pelo leitor, afinal as “raízes do mundo atual [ligam-se] àquele período[passado]”.

Ao contrário de n'**A Era das Revoluções**, em que o leitor era convidado a recorrer constantemente à sua memória – memória aqui entendida como a capacidade que os homens possuem de atualizar informações passadas e presentes – para corroborar com as imagens criadas pelo autor em sua narrativa, n'**A Era do Capital**, o leitor é obrigado a recorrer a um conhecimento histórico que obrigatoriamente não faz parte de sua memória, mas que precisa ser resgatado da memória histórica coletiva e individual.

Um bom exemplo dessa perspectiva aparece quando o autor fala dos países que se destacaram no cenário abordado entre os anos de 1848-1875, comenta que:

Os historiadores, com o conhecimento que a percepção futura traz, talvez se tenham surpreendido menos diante das realizações japonesas do que deveriam. Eles apontaram para o fato de que, de muitos ângulos, o Japão, embora inteiramente diferente na sua tradição cultural, era surpreendentemente análogo ao Ocidente na estrutura social<sup>41</sup>.

E ele complementa, dizendo que “até o final da Segunda Guerra Mundial, a crença de que, do ponto de vista tecnológico, os japoneses só podiam produzir imitações baratas dos produtos ocidentais, fazia parte da mitologia ocidental”<sup>42</sup> (Grifo meu). Assim, o leitor é

<sup>39</sup> HOBSBAWM, 1996c, p. 13.

<sup>40</sup> HOBSBAWM, 1996c, pp. 14-15,

<sup>41</sup> HOBSBAWM, 1996c, p 211.

<sup>42</sup> HOBSBAWM, 1996c, p 220,

forçado ao mesmo tempo a resgatar um conhecimento dado pela história, e rememorar uma crença que existiu no passado para entender o período entre 1848 e 1875.

Na terceira obra que se dedica ao Longo Século XIX, **A Era dos Impérios**, Hobsbawm recria o ambiente montado pela sociedade burguesa, entre 1848-1875, que culminará no Imperialismo subsequente.

Logo na introdução, ele afirma que não são apenas os poucos indivíduos com vinculação direta aos anos anteriores a 1914 que devem olhar a paisagem de sua **zona de penumbra**, mas todos que vivem no mundo da década de 1980, na medida em que suas vidas foram moldadas pela era desencadeadora da Primeira Guerra Mundial.

Para ele, quando lidamos com períodos remotos, sabemos que são estranhos e distantes, que sobrevivem, dependendo das distâncias, através de relíquias inanimadas dos mortos (palavras, escritos, objetos, imagens). Hobsbawm complementa, ademais

sendo historiadores, sabemos que o que escrevemos só pode ser julgado e corrigido por outros estranhos como nós, para quem também, 'o passado é outro país'. Partimos, por certo, dos pressupostos de nossa própria época, lugar e situação, inclusive da tendência a reler o passado nos nossos termos, a ver o que ele nos preparou para discernir e apenas o que nossa perspectiva nos permite reconhecer (...) Mas o único obstáculo com que nos deparamos são outros contemporâneos nossos discutindo, como estranhos, sobre um passado que não é mais parte de memória<sup>43</sup>. (Grifo meu)

Nesta parte, podemos destacar duas figuras nas quais o autor busca o fio condutor do tempo: “os que vivem no mundo da década de 1980”, que vivem num mundo moldado pelos anos anteriores a Primeira Guerra Mundial; e os historiadores que partem dos “pressupostos de nossa própria época” para “reconstruir” o que se passou. O que é interessante para o autor é que estes contemporâneos discutem **A Era dos Impérios**: “um passado que não é mais parte de memória”. O *continuum* se dá justamente nesta interação entre o que se sabe sobre o passado graças a um conhecimento que é parte da memória e o historiador que construiu sua versão daquele passado graças a sua narrativa.

O presente não é entendido, nem pode ser uma cópia-carbono do passado, mas como resultado dele. Apesar do conceito de **zona de penumbra** indicar que há lembrança, memória, o autor, nesta passagem, diz que esta memória é do sacerdote de Clio. Hobsbawm insiste, por exemplo, que “as pessoas do final do século XX ainda estarem, de fato, apaixonadamente envolvidas com o período que se encerrou em 1914, provavelmente porque agosto de 1914 é uma das ‘rupturas naturais’ mais inegáveis da história”<sup>44</sup> (Grifo meu) porque marca o fim do Longo Século XIX.<sup>45</sup>

<sup>43</sup> HOBBSAWM, 1998<sup>a</sup>, p. 17.

<sup>44</sup> HOBBSAWM, 1998<sup>a</sup>, p. 19.

<sup>45</sup> Os marcos acontecimentais são fundantes na idéia de *continuum* temporal, porque, no mínimo, delineiam e separam o passado longínquo do passado recente e, este, do presente.

Uma das questões apontadas pelo autor, ainda na parte introdutória do seu texto, e que merece destaque, é o da continuidade e descontinuidade entre o passado e o presente.

Pois, afinal, a relação do passado com o presente ocupa lugar central nas preocupações tanto dos que escrevem como dos que lêem história. Ambos querem, ou deveriam querer, entender como o passado se tornou o presente, e ambos querem entender o passado; e o maior obstáculo para tanto é o fato de este não ser igual ao presente<sup>46</sup>. (Grifo meu)

No Epílogo, essa relação temporal aparece de forma clara quando Hobsbawm, ao tratar cifras contabilísticas astronômicas (demográfica, econômica, etc.) afirma que elas “não podem ser cabalmente explicadas, e ainda menos justificadas, pelo rápido crescimento da população mundial em nosso século. A maioria delas se refere a áreas onde ela não estava crescendo tão depressa assim”<sup>47</sup> (Grifo meu). A expressão em “nosso século” objetiva colocar o leitor do presente diante de uma realidade que é ao mesmo tempo diferente e próxima da dele.

Corroborando com essa idéia, Hobsbawm afirma que mesmo sendo inegável o progresso do século XX,

as previsões não sugerem um ascenso contínuo, mas a possibilidade, talvez a iminência, de alguma catástrofe: outra e mais letal guerra mundial, um desastre ecológico, uma tecnologia cujo triunfo torne o mundo inabitável para a espécie humana, ou qualquer outra forma atual que o pesadelo possa revestir. A experiência nos ensinou, em nosso século, a viver na expectativa do apocalipse<sup>48</sup> (Grifo meu)

É inevitável para o autor, na tessitura de sua intriga, utilizar o presente para explicitar melhor um passado que, para ele, faz parte deste presente. Para isso, nós vimos acima, ele utiliza duas estratégias discursivas: na primeira, o leitor é convocado a utilizar elementos de sua memória como ponto de ligação entre o passado e o presente. Um bom exemplo disso, além dos já pontuados, aparece em frases do tipo: “Estamos, hoje em dia, tão habituados à definição étnico-lingüística das nações que olvidamos que essencialmente ela foi inventada em fins do século XIX”<sup>49</sup>. (Grifo meu) Ou, em frases em que a memória é convocada, como: “Para os que nasceram após 1914, é difícil imaginar como a crença de que uma guerra mundial não podia ‘realmente’ acontecer estava profundamente enraizada no tecido da vida antes do dilúvio”<sup>50</sup>. (Grifo meu)

Na segunda estratégia, o autor não convoca o leitor, ele apenas indica uma aproximação entre o passado e o presente. Essa estratégia aparece em frases do tipo: “Suas máquinas de produção, embora não fossem muito potentes pelos padrões atuais – na Grã-Bretanha a

<sup>46</sup> HOBBSAWM, 1998<sup>a</sup>, p. 22.

<sup>47</sup> HOBBSAWM, 1998<sup>a</sup>, p. 455.

<sup>48</sup> HOBBSAWM, 1998<sup>a</sup>, p. 456.

<sup>49</sup> HOBBSAWM, 1998<sup>a</sup>, p. 208.

<sup>50</sup> HOBBSAWM, 1998<sup>a</sup>, p. 420.

média de 20 HP em 1880 –, costumavam ser grandes, ainda feitas principalmente de ferro, como se pode constatar nos museus de tecnologia”<sup>51</sup>. (Grifo meu) Ou aparece em frases, do tipo: “Nem os EUA, no auge de sua supremacia mundial no início dos anos 1950 – e representando uma parcela da população mundial três vezes superior à britânica dos anos 1860 –, conseguiram em momento algum atingir os seus 53% da produção mundial de ferro e aço e 49% da têxtil”<sup>52</sup>. (Grifo meu)

Devemos analisar a última obra que compõe a quadrilogia de Hobsbawm: **A Era dos Extremos**. Antes de nos debruçarmos sobre a obra em si, não custa lembrar mesmo estando isolada como única obra a tratar do tempo presente, ela revela-se muito maior e mais densa que suas precedentes, pois condensa um século de história mundial em pouco mais de quinhentas páginas.

Além disso, assim como o Longo Século XIX é visto por Hobsbawm em três momentos (**A Era das Revoluções, A Era do Capital, e A Era dos Impérios**), o Curto Século XX é pontuado em três fases. Uma primeira denominada “A Era da Catástrofe”, em que são abordados os trinta e um anos da grande Guerra (1914-1945). Uma segunda fase chamada de “A Era de Ouro”, que vai abordar a história mundial durante os anos 1950 a 1970, o que compreende o período mais intenso da Guerra Fria. E, por fim, um terceiro momento, “O Desmoronamento”, que analisa do fim da década de 1970 até 1991, quando ocorre a ruptura do século XX para o XXI: o fim da bipolarização das superpotências com a destruição do bloco comunista<sup>53</sup>.

No início d’**A Era dos Extremos**, Hobsbawm narra a visita do Presidente francês François Mitterrand a Sarajevo em 28 de junho de 1992, e comenta:

Para qualquer europeu culto da geração de Mitterrand, saltava aos olhos a ligação entre a data e lugar e a evocação de uma catástrofe histórica precipitada por um erro político e de cálculo, [a Primeira Guerra Mundial]. Mas quase ninguém captou a alusão, exceto uns poucos historiadores profissionais e cidadãos muito idosos. A memória histórica já não estava viva<sup>54</sup>. (Grifo meu)

Infelizmente, lamenta Hobsbawm,

a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes

<sup>51</sup> HOBSBAWM, 1998<sup>a</sup>, p. 47.

<sup>52</sup> HOBSBAWM, 1998<sup>a</sup>, pp. 44-45.

<sup>53</sup> É preciso destacar que essa tripla divisão já havia sido pontuada por Hobsbawm quando este tratava do Longo Século XIX. Nesse sentido, a “Era da Catástrofe” é comparável **A Era das Revoluções** com suas revoluções sangrentas e com o esfacelamento da sociedade anteriormente estabelecida.<sup>53</sup> A “Era do Ouro” pode ser entendida e comparada com **A Era do Capital**, um período de reorganização política, econômica e social. Já a fase do “Desmoronamento” pode ser entendida como **A Era dos Impérios**, uma fase de crise do que foi posto na “Era de Ouro” através das contradições aparentes e inerentes surgidas na sociedade. A velha dialética hegeliana aparece aqui de forma clara: a síntese anterior (antigo regime ou Imperialismo) gerou a tese, que por sua vez criou a antítese que produziu o século XXI (o presente).

<sup>54</sup> HOBSBAWM, 1995, pp. 12-13.

que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles tem de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores<sup>55</sup>. (Grifo meu)

Nesta longa passagem pode-se destacar algumas idéias relacionadas a perspectiva de tempo de Hobsbawm. Em primeiro lugar, o passado recente e, portanto, a **zona de penumbra** pode servir de base para compreender o presente graças à memória. Essa faceta é coisa de “historiadores profissionais e cidadãos idosos”, já que o final do século XX “destrói o passado”, pois seus jovens vivem num “presente contínuo”.

A expressão “presente contínuo”, em segundo lugar, reforça a noção de presente que aparece na obra de Hobsbawm, que é a do *continuum* temporal. Ficar apenas no presente, como os jovens do final do século XX fazem, é matar um passado que faz parte do presente. É, por isso, que ele convoca os historiadores à cruzada contra a morte do passado. A história e o historiador têm a função de “lembrar o que os outros esquecem”, e que lhes dá identidade. Nesse sentido, o historiador seria o ponto de ligação entre um passado passível de esquecimento e um presente.

O objetivo de Hobsbawm com a obra é compreender e explicar por que as coisas foram do jeito que foram, mas também trata-se

de comentar, ampliar (e corrigir) nossas próprias memórias. E falamos como homens e mulheres de determinado tempo e lugar, envolvidos de diversas maneiras em sua história como atores de seus dramas – por mais insignificantes que sejam nossos papéis –, como observadores de nossa época e, igualmente, como pessoas cujas opiniões sobre o século foram formadas pelo que viemos a considerar acontecimentos cruciais<sup>56</sup>. (Grifos meu)

O indivíduo, enquanto observador do século, tem na história o instrumental para correção da memória. Entretanto, é preciso destacar, que para Hobsbawm as opiniões sobre “nossa época” são determinadas a partir de acontecimentos cruciais. É por isso que para ele a história, ou o tempo presente, não pode ser dissociado de um passado recente, que é parte do presente.

É nessa perspectiva que Hobsbawm afirma que para ele e sua casta,

o passado é indestrutível, não apenas por que pertencemos à geração em que ruas e logradouros públicos ainda tinham nomes de homens e acontecimentos públicos (...), em que os tratados de paz ainda eram assinados e portanto tinham de ser identificados (...) e os memoriais de guerra lembravam acontecimentos passados, como também porque os acontecimentos públicos são parte da textura de nossas vidas<sup>57</sup>. (Grifo meu)

Essa concepção de tempo, elaborada pelo autor tem origem, indica indiretamente, a citação acima, na própria experiência de vida do autor. Como se viu, toda a trajetória de vida dele foi

<sup>55</sup> HOBSBAWM, 1995, p. 13.

<sup>56</sup> HOBSBAWM, 1995, p. 13.

<sup>57</sup> HOBSBAWM, 1995, pp. 13-14.

trespassada por acontecimentos públicos que determinaram uma parte de sua vida e de seus contemporâneos.

Para Hobsbawm, isso não implica que outros leitores não possam interagir com ele, através de experiências de segunda mão (ou de terceira), afinal de contas, este passado pertence a todos. É nesse sentido que ele afirma:

Mas não apenas um velho historiador tem o passado como parte de seu presente permanente. Em vastas extensões do globo todas as pessoas de determinada idade, independente de origens e histórias pessoais, passaram pelas mesmas experiências centrais. Foram experiências que nos marcaram a todos, em certa medida da mesma forma<sup>58</sup>. (Grifo meu)

Nesse sentido, o passado recente, aqueles fatos ocorridos no início do século XX, fazem parte do presente, eles formam um *continuum* temporal.

Por outro lado, Hobsbawm também busca aproximar o leitor, o colocando diretamente como co-elaborador da trama temporal, já que ele usa sua memória para construir um *continuum* entre passado e presente.

Isto ocorre, por exemplo, quando ao discutir a implantação do comunismo em Cuba, Hobsbawm afirma que “as esperanças de Krushev, como lembrarão os leitores mais velhos, eram de que o capitalismo fosse sepultado pela superioridade econômica do socialismo” (ibid, p. 424). Nesse caso, ele recorre aos leitores mais velhos, mesmo assim, são eles os responsáveis em dar inteligibilidade ao passado graças a sua memória.

Os leitores, nessa passagem, são convidados a dialogar com o autor, através de seus conhecimentos sobre o presente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Ricoeur, a narrativa histórica sempre constrói um mundo temporal. Ou seja, “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal” (1994, p. 15, v. I)

Partindo do pressuposto de Ricoeur, de a narrativa histórica sempre constrói um mundo temporal, é possível inferir quatro idéias básicas sobre a obra de Hobsbawm e sua concepção de tempo. Em primeiro lugar, que a produção intelectual do autor reflete, em linhas gerais, o próprio período vivenciado. Como se viu no primeiro capítulo, a vida de Hobsbawm foi marcada por momentos históricos de ruptura, que influenciaram o século XX como um todo. Foi o caso da Primeira e Segunda Guerra Mundial; da Revolução Russa e da Guerra Fria.

---

<sup>58</sup> HOBSBAWM, 1995, p. 15.

Assim, os marcos cronológicos da obra de Hobsbawm serão momentos de ruptura político-sociais. A própria divisão desta reflete estes momentos: **A Era das Revoluções** mostra os traumas de uma sociedade em um momento de ebulição, em que uma nova ordem social se estabelece, como é o caso da burguesia; **A Era do Capital** resgata um período de estabilidade após a revolução em que a sociedade burguesa se instaura como nova perspectiva social. Já **A Era dos Impérios** reflete os conflitos internos desta sociedade que culminará na Grande Guerra iniciada em 1914, em que nasce um novo mundo. Essa divisão por ruptura reaparece na **Era dos Extremos** que reconstrói o século XX – como as outras obras reconstruíram o século XIX – que será marcado por duas fases de crise, intercalada por uma de prosperidade.

Em segundo lugar, o acontecimento histórico eleito por Hobsbawm é sempre de ruptura política e social, provavelmente mais por opção teórica do que metodológica, considerando que ao escolher datas como 1789, 1848, 1875, 1914 e 1991, ele delimita marcos cronológicos em que a sociedade é transformada de forma revolucionária.

Em terceiro lugar, ao fazer cortes de longa duração, Hobsbawm tenta diluir os atritos causados pelas datas selecionadas. Através do longo período, o autor busca uma continuidade temporal. Nesse sentido, tanto a Revolução Francesa como a Primeira Guerra Mundial fazem parte do presente, mesmo que tenham acontecido num tempo passado distante do leitor e do autor no momento de leitura e escrita da obra, respectivamente. Assim, Hobsbawm pensa em um tempo presente que possui um tempo passado dentro de si. A aporia agostiniana do triplo presente aparece como a marca delimitadora da visão de tempo em Hobsbawm.

E, por fim, é possível afirmar que o tempo presente em Hobsbawm é construído através de uma narrativa que retira da memória do leitor os elementos de interligação entre o passado e o presente. O tempo presente, portanto, se encontra na memória individual e coletiva, sendo resgatadas através de analogias explicativas. Nesse sentido, a memória seria o elemento de ligação entre o tempo físico e o da consciência, já que se constitui a partir deles.

A questão que se coloca a partir de agora é se essas “analogias temporais” aparecem apenas na obra de Hobsbawm ou são comuns a outros historiadores nascidos no século XX, engajados em algum projeto político-social ou não.

## BIBLIOGRAFIA

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrosio de Pina. São Paulo: Nova Cultura, 2000. Os Pensadores.

BACHELARD, Gaston. **A Dialética da Duração**. 2 ed. Trad. Marcelo Coelho. São Paulo: Ática, 1994.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

- BRAUDEL, F. "A Longa Duração". In: **História e Ciências Sociais**. Trad. Carlos Braga e Inácia Canelas. Lisboa: Presença, 1972.
- BURKE, Peter. (Org.) **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edusp, 1992.
- \_\_\_\_\_. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Unesp, 1997.
- CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 2 ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHAUVEAU, A. e TÉRTAR, Ph. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: Edusc, 1999.
- COMTE-SPONVILLE, André. **O ser-Tempo**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- DAVES, Paul. **O Enigma do Tempo: A revolução iniciada por Einstein**. 2 ed. Trad. Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- FENELON, Dea Ribeiro. E.P. Thompson – História e Política. **Projeto História**, São Paulo, n. 12, 1981.
- HAWKING, S. W. **Uma Breve História do Tempo: do Big Bang aos Buracos Negros**. 29 ed. Trad. Maria Helena Torres. Rio de Janeiro, 1999.
- HOBSBAWM, Eric J.. **A Era dos Extremos – o breve século XX (1914-1991)**. 2 ed. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. **A Era das Revoluções 1789-1848**. 9 ed. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996b.
- \_\_\_\_\_. **A Era do Capital 1848-1875**. 5 ed. Trad. Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996c.
- \_\_\_\_\_. **A Era dos Impérios 1875-1914**. 5 ed. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998a.
- \_\_\_\_\_. **Sobre História**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998c.
- \_\_\_\_\_. **O Novo Século: entrevista a Antonio Polito**. Trad. Cláudio Marcondes. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Tempos Interessantes: Uma vida no século XX**. Trad. S. Duarte. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- KANT, Emmanuel. **Crítica da Razão Pura**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martins Claret, 2001.
- KAYE, Harvey. **The British Marxist Historians: an introductory analysis**. New York: Polity Press, 1984.
- LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- \_\_\_\_\_. **História e Memória**. 3 ed. Trad. Bernardo Leitaão (et al.). Campinas, SP: Unicamp, 1994.
- PIETTRE, Bernad. **Filosofia e Ciência do Tempo**. Trad. Maria Anonia Pires e C. Figueiredo Bauru, SP: Edusc, 1997.
- REIS, J. Carlos. **Tempo, História e Evasão**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Nouvelle Histoire e Tempo Histórico: A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel**. São Paulo: Ática, 1994b.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Trad. César C. Marcondes. Campinas, SP: Papyrus, 1994. 3 v.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4 ed. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UNB, 1998.